



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por imperativos profissionais, estará ausente no período compreendido entre os dias 6 de fevereiro e 6 de março de 2014, pelo que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 2, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JANEIRO DE 2014
3. REQ. N. 3224/09, DATADO DE 10/12/2009 – PC N.º 269/09, DATADO DE 10/12/2009 – ROGÉRIO PAULO FERREIRA REIS
4. REQ. N. 2056/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 7/12, DATADO DE 06/01/2012 – CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO

5. REQ. N. 115/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 415/13, DATADO DE 30/10/2013 – VITOR MANUEL LOURENÇO
6. REQ. N. 114/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 267/09, DATADO DE 04/12/2009 – LUIS MANUEL ABREU PARREIRA
7. REQ. N. 2026/13, DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 394/13, DATADO DE 24/10/2013 – AGOSTINHO PEREIRA
8. REQ. N. 852/13, DATADO DE 06/05/2013 – PC N.º 148/12, DATADO DE 22/05/2012 – JOSE DINIS PEREIRA
9. REQ. N. 1917/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 378/13, DATADO DE 14/10/2013 – JOSÉ SANTOS CRUZ
10. REQ. N. 96/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 1/13, DATADO DE 04/01/2013 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS
11. REQ. N. 1149/13, DATADO DE 24/07/2013 – PC N.º 239/13, DATADO DE 24/07/2013 – MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES
12. REQ. N. 137/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 358/11, DATADO DE 20/09/2011 – IRENO DOS SANTOS e RUI ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS
13. REQ. N. 979/12, DATADO DE 11/06/2012 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
14. REQ. N. 1774/11, DATADO DE 01/09/2011 – PC N.º 304/08, DATADO DE 18/09/2008 – CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO
15. REQ. N. 1024/13, DATADO DE 08/07/2013 – PC N.º 342/12, DATADO DE 19/11/2012 – FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA
16. REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.
17. REQ. N. 292/12, DATADO DE 15/02/2012 – PC N.º 19/09, DATADO DE 05/02/2009 – TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA
18. REQ. N. 2375/11, DATADO DE 22/11/2011 – PC N.º 67/10, DATADO DE 06/04/2010 – SANTOS BAROSA VIDRO, S.A.
19. REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.

20. REQ. N. 150/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 28/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGAS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
21. REQ. N. 141/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 27/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGAS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
22. REQ. N. 30/14, DATADO DE 09/01/2014 – PC N.º 5/14, DATADO DE 09/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
23. REQ. N. 60/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 11/14, DATADO DE 16/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
24. REQ. N. 80/14, DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 18/14, DATADO DE 20/01/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.
25. REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
26. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2013, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
27. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA”*, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 20 DE FEVEREIRO DE 2014
29. ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA N.º 0035/00024189330 DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
30. “REQUALIFICAÇÃO URBANA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2014 – ABERTURA DE CONCURSO

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

31. “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3)” – CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2014 – ABERTURA DE CONCURSO
32. EMPREITADA DE: “CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – CP N.º 12/2013” - ADJUDICAÇÃO
33. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO REFERENTE A RENDAS EM ATRASO DA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 85, CAMARNAL – MARIA ADELINA ALVES VEIGA
34. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM MAFALDA SOFIA GOMES GRÁCIO GONÇALVES, ARRENDATÁRIA RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 4.º FRENTE ESQUERDO, CASAL DE MALTA.
35. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE MARÇO DE 2014
36. 2ª ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS
37. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS, REFERENTE AO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA - 1º PERÍODO DO ANO LETIVO 2013/2014.
38. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR CARLOS LOGRADO - REGULAMENTO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
39. RESUMO DE TESOUREARIA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Foram atendidos os seguintes munícipes:

1 – Sr.^a Elisa Cristina Sequeira Caria, na qualidade de interessada na concessão do espaço destinado a restauração no Centro Empresarial da Marinha Grande, que referiu ter constatado que não lhe é permitido apresentar proposta ao concurso por motivos burocráticos, uma vez que este concurso vai ser lançado em plataforma eletrónica, o que exige da sua parte registo na mesma e para o efeito teria de ser declarado o início de actividade, o que se torna de todo impossível, dado que para a execução deste projeto irá recorrer a um financiamento (INVEST+), com o apoio do IEFP.

Assim, e por não ter obtido resposta ao seu e-mail, pretende saber se há alternativa à plataforma eletrónica, no sentido de apresentar proposta escrita ao concurso.

O **Sr. Presidente** referiu que a munícipe já foi atendida pelo Chefe da DJC, Dr. Miguel Crespo, que lhe prestou todos os esclarecimentos sobre o procedimento, contudo solicitou a sua presença na reunião, para uma vez mais esclarecer as dúvidas legais apresentadas pela munícipe bem como as questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

O **Chefe da DJC** explicou que o procedimento de concurso público, que obriga a que seja lançado na plataforma eletrónica, foi adotado em função da duração e valor do contrato. Para que a concessão se efetuasse por hasta pública teria que o valor do contrato ser menor, logo com uma duração também menor, o que em termos de rentabilização do investimento não seria tão vantajoso para os interessados.

O **Sr. Presidente** informou a munícipe que a Câmara irá analisar as possibilidades legais de poder vir a concorrer à concessão de exploração do referido espaço, comunicando-lhe depois a resposta.

2 - Sr. Ernesto Conceição Silva, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9 - Engenho, Marinha Grande, que se inscreveu para expor os seguintes assuntos:

- a) Repavimentação de parte da Travessa dos Pimentas, devido ao facto de os serviços da Câmara terem procedido à ligação de água a duas novas moradias, sendo para tal necessário abrir o pavimento da referida travessa, não sendo depois feita a repavimentação;
- b) Receita e distribuição do IRS entregue à autarquia;
- c) Aspetos técnicos do IMI de que a autarquia dispõe e deles deve dar conhecimento à repartição de finanças local.

O munícipe começou a sua intervenção referindo que os computadores da Biblioteca Municipal estão avariados, que é proibido usar portáteis e que deveria haver uma zona wireless.

De seguida abordou o assunto relativo ao pavimento da Travessa dos Pimentas, referindo que está todo esburacado, que é uma situação que se arrasta há 3 anos sem qualquer solução, e para a qual tem vindo a alertar, contudo sem resposta.

Sobre o IMI entende, e já escreveu no jornal por diversas vezes sobre o assunto, que as Finanças deveriam articular com as autarquias, e a Câmara tem um técnico especialista na matéria, pois o valor patrimonial, em situações de falta de água, de pavimento, de gás canalizado, de esgotos, deveria diminuir e não aumentar, como foi o seu caso.

Por último, pretende saber o total das verbas de IRS que a Câmara vai receber e o que lhe faz, se as distribui ou se são para o bem comum, fazendo o mesmo que o poder central, que fica com todo o dinheiro.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu à questão da Travessa dos Pimentas, informando que a rede de águas foi remodelada em 2012, e não se optou pela pavimentação total definitiva porque a rua não tem saneamento. Está a ser feito um projeto para o saneamento que inclui esta rua e outras de Pedreanes. Entretanto irá ser feito o tapamento dos buracos.

Sobre o IRS o **Sr. Presidente** informou que o total das verbas está no Orçamento deste ano e do ano anterior, que se encontram disponíveis para consulta na internet, e que a Câmara não as vai distribuir pelos munícipes, uma vez que no IMI e na derrama é um dos municípios que pratica o valor mais baixo que a lei permite.

Em relação à questão do IMI, o **Sr. Presidente** informou que a avaliação foi feita pelas Finanças, em articulação com a Câmara, que deu toda a colaboração que foi pedida. Sobre este assunto o **Sr. Vereador António Santos** interveio, para esclarecer, como técnico que é, que a avaliação geral foi feita reportada a 31/12/2013 e que foi uma avaliação política. Referiu que agora esta avaliação é objetiva, uma vez que o avaliador está subjugado a uma fórmula, e as reclamações só podem ser feitas com base em erros matemáticos, tendo informado o munícipe que poderá reclamar da avaliação daqui a 3 anos, em 2016. Afirmou ainda que houve colaboração da Câmara, que ajudou as Finanças no processo de avaliação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** agradeceu a informação sobre os computadores da Biblioteca Municipal, situação que disse desconhecer mas que vai saber o que se passa.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Começou a sua intervenção saudando todos os presentes, a nova Vereadora, o público que intervém, e ainda bem que o faz, pois representa o princípio da cidadania e o aproximar da Câmara da população, e vice-versa, tentando a Câmara resolver os problemas que lhe são colocados.
- ⇒ De seguida anunciou que vai fazer uma declaração sobre um assunto que o inquieta, daí tê-lo abordado por escrito, nos termos que se passam a reproduzir:

“Assunto: Declaração de oposição à realização da reunião

– Considerando que desde a realização da primeira reunião de Câmara tenho chamado à atenção para o cumprimento do n.º 2 do artigo 53.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, ou seja, que juntamente com a ordem do dia tem de ser enviada, em simultâneo, a respectiva documentação respeitante a todos os pontos da ordem do dia;

– Considerando que já o Vereador Vítor Pereira, na primeira reunião de Câmara, chamou à atenção para essa situação, quando referiu que, vou citar o que está na ata: *«...para que os documentos sejam entregues aos Vereadores dentro dos prazos legais, pois já era uma queixa sua no anterior mandato, pedindo até que quando se tratarem de assuntos de maior complexidade a Câmara faça um esforço para os entregar mais cedo.»*

– Considerando que, pelo menos, relativamente aos pontos 03 ao 24, 28, 29 e 39, não foi cumprida a 2.ª parte do n.º 2 do artigo 53.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, ou seja, juntamente com a ordem do dia – recebida em 03 de Fevereiro do corrente – não foi enviada, em simultâneo, a respectiva documentação;

– Considerando que no dia 04 de Fevereiro do corrente apresentei, via *email*, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal (c/c aos outros membros da Câmara Municipal) o seguinte alerta:

*«Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande,
Como referi na última reunião, esta ordem do dia da reunião ordinária não está conforme a lei, pois não cumpre os requisitos expressos na segunda parte do n.º 2, do Art. 53.º, do DL nr.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), que refere:
“A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.”
É portanto ilegal esta convocatória, dado que a respetiva documentação devia ser enviada,
“...em simultâneo com a ordem do dia...”*

Agradecia que fosse cumprida a lei, e que os documentos que servem de suporte à análise do processo e às decisões, fossem enviados até ao fim do dia de hoje para que possa apreciá-los para a reunião agendada para 6 de Janeiro.»

A convocação da reunião de hoje é ilegal logo declaro que me oponho à sua realização.

Marinha Grande, 6 de Fevereiro 2014.

O Vereador
Aurélio Ferreira”.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Cumprimentou todos os presentes, deu as boas vindas à Vereadora Maria João e realçou a importância das intervenções do público.
- ⇒ Seguidamente efetuou uma saudação genérica a todos os atletas marinhenses das modalidades de atletismo, natação, judo e patinagem de velocidade, referindo que foi com um prazer imenso que tomou conhecimento dos feitos alcançados, levando a Marinha Grande aos pódios nacionais e internacionais.
- ⇒ A propósito do amianto, referiu que há edifícios públicos que ainda o têm, e que há uma lei que está na gaveta e não é aplicada, pelo que apresentou uma moção, para que seja votada, cujo teor se reproduz:

“MOÇÃO

A Lei 2/2011 de 9 de Fevereiro, regula a remoção de amianto ainda existente em edifícios, instalações e equipamentos públicos, obrigando o Governo a proceder ao levantamento de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos que contém amianto na sua construção, a proceder à listagem de tais edifícios, instalações e equipamentos públicos, e a identificar os que devem ser submetidos a monitorização regular, os que devem ser sujeitos a acções correctivas, incluindo a remoção das respectivas fibras de amianto.

Ao Governo cabe ainda estabelecer e regulamentar a aplicação de um plano de calendarização quanto à monitorização a efectuar e às acções correctivas a aplicar, devendo tal plano ser elaborado ouvindo as autarquias, estabelecendo-se a hierarquia e as prioridades das acções a promover, máxime a remoção das fibras de amianto.

Considerando que todas as fibras de amianto são altamente cancerígenas qualquer que seja o seu tipo ou origem geológica;

Considerando que o amianto – denominado o “assassino industrial do século XX” – representa um grave problema para a saúde pública;

Considerando que está já identificada a existência de amianto na construção da “Escola Básica dos 2.ºs e 3.ºs Ciclos de Guilherme Stephens”;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

A Câmara Municipal da Marinha Grande, em reunião ordinária de 6 de Fevereiro de 2014, delibera:

- exigir do Governo, com carácter de urgência, que, no estrito cumprimento da Lei 2/2011 de 9/02, proceda ao levantamento de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos do Concelho que contenham amianto na sua construção;
- exigir do Governo, a urgente remoção do amianto presente na construção da Escola Básica dos 2^{os} e 3^{os} Ciclos de Guilherme Stephens;
- responsabilizar o Governo por qualquer problema de saúde pública que possa advir do por si reiterado incumprimento da Lei 2/2011 de 9/02.

Esta Moção foi aprovada por _____

Marinha Grande, 6 de Fevereiro de 2014”.

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou todos os presentes.
- ⇒ Entende que antes de se avançar com a reunião se deve desde já saber da questão da legalidade da mesma, colocada pelo Vereador Aurélio Ferreira.
- ⇒ Referiu que faz das palavras dos antecessores as suas relativamente à intervenção do público.
- ⇒ Informou que por razões profissionais vai ter que se sair da reunião pelas 15:15 horas.
- ⇒ Saudou a Vereadora Maria João.
- ⇒ Pediu dois esclarecimentos sobre:
 - Árvores – foi levantada a questão pelo Vereador Carlos Logrado e a resposta, dada pelo Vereador Paulo Vicente, e foi essa mesma resposta que utilizou no facebook, mas disseram-lhe que isso era falso, que as distâncias entre as árvores e o muro estavam corretas. Deste modo pretende ser esclarecido, tendo solicitado uma planta para constatar como é que agora vai ficar o novo arranjo.
 - Orçamento participativo – leu a informação no site, concorda com a decisão, mas não concorda com o fato de ter sido publicitado antes de o assunto ter sido falado por todos na Câmara. A política deve ser para o concelho e não política-espetáculo.
- ⇒ Solicitou uma vez mais resposta à questão que colocou em anterior reunião, sobre o ponto de situação do relvado do ACM.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Agradeceu as boas vindas e registou o facto de cada vez haver mais público a assistir às reuniões.

- ⇒ Congratulou-se por a agenda ter sido publicada no site da Câmara, bem como pela publicitação do orçamento participativo, pois entende que as ideias não têm paternidade, daí que o + Concelho se congratule com esta tomada de posição, que fazia parte do seu programa, pondo-se à disposição da autarquia para contribuir.
- ⇒ Questionou qual o destino das árvores abatidas, se foram vendidas, e em caso afirmativo a quem, como e por que valor.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou o público e a Vereadora Maria João assim como os seus contributos.
- ⇒ Em relação à presença do público, referiu que tem de ser dito que nunca as pessoas da Marinha Grande estiveram arredadas das discussões e da participação, nem elas o permitiriam. Falando por si e pelos seus pelouros, disse que tem uma porta aberta para falar com os munícipes e tem-lo feito, e responde no dia a todos os pedidos que chegam diariamente, não deixando nenhum por responder.
- ⇒ Referiu que está de acordo com os Vereadores terem conhecimento dos documentos, mas quando falou na reunião que foi citada pelo Vereador Aurélio Ferreira, era de uma questão de prazos, e os Vereadores da CDU debateram-se com o PS no anterior mandato sobre o cumprimento de prazos, nunca colocou a questão da legalidade por falta de informação, daí querer esclarecer a situação do que falou na altura, que se prende exclusivamente com prazos.
Relativamente à situação presente, propõe que se interrompa a reunião para ver a legalidade, porque todos os atos praticados poderão ser nulos e sem nenhum efeito, e não votará nada sem ter essa opinião.

Sobre a questão da legalidade da reunião, a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que aquilo que o Vereador Aurélio Ferreira não quer fazer é pôr os pés ao caminho, que foi aquilo que anteriormente fizeram os Vereadores da CDU.

No que respeita ao atendimento, referiu que no anterior mandato havia duas reuniões mensais, uma delas era pública e vinha quem queria, inscrevia-se, com regras, e falava, e a única diferença em relação ao que se passa atualmente é que há duas reuniões públicas.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira dirigiu-se à Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referindo que lhe faz impressão que queira não cumprir a lei, que a queira ultrapassar, pois não é o que ele diz mas sim o que diz a lei. Prepara as reuniões como entende que o deve fazer, e se tiver que vir à Câmara virá, como já o fez e fará sempre, e aquilo que pede é que se cumpra a lei.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho respondeu, dizendo que há questões legais que devem ser levadas ao extremo e há outras que não nos levam a nada, e que ela própria é a primeira a insurgir-se contra muitas leis do País, e nesse caso sempre que pode contorna a lei.

O Sr. Vereador Paulo Vicente dirigiu-se ao Vereador Aurélio Ferreira dizendo que ele transpôs atos administrativos para o exterior, pois transmitiu uma proposta de deliberação para um interessado, sobre o Parque de Campismo, e o objectivo de receber os pareceres técnicos é divulga-los.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que isso não é verdade, até porque aquilo a que teve acesso não era uma deliberação mas sim uma proposta.

O Sr. Vereador Paulo Vicente reafirmou aquilo que disse antes, porque acredita no que lhe foi dito, e até porque já aqui ouviu o Vereador dizer, em relação aos pelouros do Vereador Vítor Pereira, que não havia regulamento, quando não era verdade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira insurgiu-se contra esta afirmação, uma vez que não foi isso que disse, mas sim que o regulamento tinha que ser corrigido.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu os trabalhos, para esclarecer a questão que foi levantada relativamente à legalidade da reunião.
A interrupção decorreu das 10:45 horas às 11:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, o Sr. Presidente afirmou o seguinte:

“Todos os Vereadores tiveram acesso a todas as informações agora como ao longo de todas as reuniões. Os documentos estiveram aqui desde segunda-feira à noite. É falso que não tenha havido disponibilidade de todos os documentos necessários e suficientes para que todos os Vereadores possam votar conscientemente todos os processos de construção. Para que não haja dúvidas e para que nada seja suscetível de levantar questões retira todos os processos de construção. Os atrasos e prejuízos de tal facto são da total responsabilidade do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, pelo que os munícipes serão informados dessa decisão.”

Perante esta afirmação, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir, e o **Sr. Presidente** informou que não dava a palavra a mais ninguém, e por isso não podia falar.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que achava uma falta de democraticidade não deixar um vereador eleito comentar sobre uma afirmação do Sr. Presidente que lhe dizia respeito.

Depois de fazer esta declaração, o Sr. Presidente concedeu um período de tempo destinado a fornecer respostas às questões que tinham sido colocadas no período de antes da ordem do dia.

O Sr. Vereador Paulo Vicente informou, em relação às árvores, que vai enviar algumas fotos ao Vereador António Santos, para esclarecer as afirmações anteriores. Em relação ao destino das árvores abatidas informou que a folhagem foi para a SIMLIS, os troncos para os estaleiros da Câmara, as raízes para os estaleiros da Garcia, e a madeira vai ser avaliada pelo técnico florestal para se poder vender.

O Sr. Presidente informou, em relação ao orçamento participativo, que apenas nomeou uma técnica para elaborar o regulamento, e em função disso os jornalistas colocaram questões. Todos serão chamados a participar, até porque ele fazia parte dos programas eleitorais de todas as forças concorrentes.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu, em relação ao orçamento participativo, que há quem se arvore em seus pais e mentores, quando isso já fazia parte dos programas da CDU. Não são pais de coisa nenhuma, estão todos aqui para trabalhar para as populações e aprender uns com os outros, tal como as reuniões não são manifestações de folclore para a comunicação social, e há de facto muito folclore que não visa resolver absolutamente nada dos problemas das populações. Todos deverão ser mais responsáveis e não transmitir para fora determinadas situações. A CDU abdicou de muitas posições que tinha em defesa dos interesses das populações.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de prestadas as informações, o Sr. Presidente retomou a ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 2, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JANEIRO DE 2014

106 - Presente a ata n.º 2, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de janeiro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

3 - REQ. N. 3224/09, DATADO DE 10/12/2009 – PC N.º 269/09, DATADO DE 10/12/2009 – ROGÉRIO PAULO FERREIRA REIS

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

4 - REQ. N. 2056/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 7/12, DATADO DE 06/01/2012 – CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

5 - REQ. N. 115/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 415/13, DATADO DE 30/10/2013 – VITOR MANUEL LOURENÇO

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

6 - REQ. N. 114/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 267/09, DATADO DE 04/12/2009 – LUIS MANUEL ABREU PARREIRA

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

7 - REQ. N. 2026/13, DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 394/13, DATADO DE 24/10/2013 – AGOSTINHO PEREIRA

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

8 - REQ. N. 852/13, DATADO DE 06/05/2013 – PC N.º 148/12, DATADO DE 22/05/2012 – JOSE DINIS PEREIRA

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

9 - REQ. N. 1917/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 378/13, DATADO DE 14/10/2013 – JOSÉ SANTOS CRUZ

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

10 - REQ. N. 96/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 1/13, DATADO DE 04/01/2013 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

11 - REQ. N. 1149/13, DATADO DE 24/07/2013 – PC N.º 239/13, DATADO DE 24/07/2013 – MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

12 - REQ. N. 137/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 358/11, DATADO DE 20/09/2011 – IRENO DOS SANTOS e RUI ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

13 - REQ. N. 979/12, DATADO DE 11/06/2012 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

14 - REQ. N. 1774/11, DATADO DE 01/09/2011 – PC N.º 304/08, DATADO DE 18/09/2008 – CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

15 - REQ. N. 1024/13, DATADO DE 08/07/2013 – PC N.º 342/12, DATADO DE 19/11/2012 – FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

16 - REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

17 - REQ. N. 292/12, DATADO DE 15/02/2012 – PC N.º 19/09, DATADO DE 05/02/2009 – TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

18 - REQ. N. 2375/11, DATADO DE 22/11/2011 – PC N.º 67/10, DATADO DE 06/04/2010 – SANTOS BAROSA VIDRO, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

19 - REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

20 - REQ. N. 150/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 28/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

21 - REQ. N. 141/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 27/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

22 - REQ. N. 30/14, DATADO DE 09/01/2014 – PC N.º 5/14 , DATADO DE 09/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

23 - REQ. N. 60/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 11/14 , DATADO DE 16/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

24 - REQ. N. 80/14, DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 18/14, DATADO DE 20/01/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.

Assunto retirado da ordem do dia, conforme declaração do Sr. Presidente da Câmara.

25 - REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Durante a discussão deste ponto da ordem do dia, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** lembrou o que tinha ficado decidido na última reunião em relação ao procedimento a adotar, mas a verdade é que o documento não lhe chegou antes da ordem do dia. Foi este o procedimento do Sr. Presidente, com o qual não concorda. Lamentou também a decisão do Sr. Presidente de retirar os pontos relativos aos processos de obras, mas a decisão é dele e não sua.

Seguidamente fez a análise do Regimento, nos termos constantes da declaração que se transcreve mais adiante e que fundamenta o seu voto.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu para intervir, pois uma vez mais o Vereador Aurélio Ferreira utiliza a sua palavra mas não diz tudo. Ainda na última reunião explicou porque é que alterou a sua posição, mas o Vereador ou está distraído ou não quer entender, pelo que passou a explicar uma vez mais. Propôs a gravação das reuniões porque tinha a ver com o sentido de serem utilizadas como na Assembleia Municipal. Verificaram-se situações que o levaram a ter algumas cautelas, com a saída de documentos para a praça pública, e ficou com receio de que as gravações pudessem ser utilizadas em prejuízo das suas atividades enquanto políticos e pessoas. É verdade que há sempre os Tribunais, mas foi nesta ordem de ideias que alterou a sua posição. Esta é novamente a explicação que deu e volta a dar, a contrariar a sua alteração de posição, para a qual não tem qualquer tipo de problema em alterar posições. Assim, defende que no Regulamento não se consagre a gravação das reuniões.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que o documento apresentado é fruto das últimas achegas, e que a proposta de Regulamento foi enviada de acordo com a lei e em conjunto com a ordem do dia, contrariamente ao que diz o Vereador Aurélio Ferreira.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** lamentou a posição do Vereador Aurélio Ferreira, que pôs em causa a legalidade da reunião e depois disse que lamenta a retirada dos pontos. Os problemas que tem levantado não têm contribuído em nada para as populações, e ainda bem que não foi eleito Presidente da Câmara, porque senão iríamos assistir a um concelho estagnado, porque está amarrado a aspetos formais.

A **Sr.ª Vereadora Maria João** disse que continua a não entender como é que as gravações das reuniões, sendo propriedade da autarquia, podem pôr em causa o que quer que seja. As reuniões devem ser gravadas, uma vez que as gravações servirão para memória futura.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que concorda com o Regimento, uma vez que contribuirá para trabalhar mais e de forma mais célere em prol do concelho. Com todos os defeitos que o documento possa ter, porque nada é perfeito, irá votar a favor.

O **Sr. Presidente** referiu que foi aqui explicado que as gravações constituem um documento administrativo que pode ser utilizado como tal. A memória futura são as atas, não as gravações, e as nossas estão disponíveis, ao contrário do que se passa noutras Câmaras.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir, mas o **Sr. Presidente** não lhe concedeu a palavra, uma vez que já tinha falado.

De seguida colocou a votação a seguinte proposta:

107 - Presente proposta de Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande, que visa assegurar um funcionamento mais eficaz do órgão autárquico, criando condições a um aumento da respetiva produtividade.

Assim, a **Câmara Municipal**, após análise e discussão, delibera aprovar o seu Regimento, de acordo com o artigo 39.º, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Maria João Gomes.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto:

“Quero salientar que é com agrado que verifico que ao fim de nove reuniões após a minha insistência para a elaboração de um regimento da Câmara Municipal o mesmo é presente para apreciação e votação.

A obrigatoriedade da existência do regimento já vinha detrás da Lei que estabelecia o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 Setembro), e que o Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) também acolheu.

O regimento é por excelência um documento onde devem constar as regras de funcionamento do Órgão Colegial Executivo - Câmara Municipal - em desenvolvimento da lei que regula esta matéria.

Assim, e por razões legais e de transparência da actividade administrativa, a feitura do regimento é uma oportunidade para a Câmara Municipal, aprovar uma norma que clarifique o funcionamento do órgão executivo e seja facilitadora quer da tomada de decisão por parte dos seus membros, quer da sua execução através dos serviços autárquicos competentes.

Sobre este assunto nunca é demais lembrar que o Município da Marinha Grande tem muito que fazer, considerando que no Índice de Transparência Municipal da «Transparência e Integridade, Associação Cívica» (publicado em http://transparencia.pt/?page_id=1942) ficou classificado em 216 lugar, entre 308 Municípios.

Saliento de forma muito favorável a introdução de quase todas as propostas de alteração que efectuei à proposta de Regimento que veio à última reunião, nomeadamente: nos

artigos 8.º, 12.º, 13.º, 18.º, 21.º, 22.º. Não foram consideradas as propostas introduzidas aos artigos 14.º dado que “não refere que a documentação segue em simultâneo com a ordem de trabalhos” e ao artigo 21.º porque “as reuniões não podem ser objecto de gravação áudio e vídeo”.

*Relativamente à necessidade do **envio dos documentos** necessários à apreciação dos diversos pontos agendados saliento que, desde a primeira reunião, e reiteradamente em todas as outras de forma presencial, efectuei este pedido, recorrendo inclusive a solicitação da mesma por recurso a correio electrónico. Relembro que a informação da reunião nr. 23, de 31/10, e nr. 24 de 14/11, chegou-nos correctamente porque ficou definido na reunião nr. 22, de 25 de Outubro, que a documentação que fundamentasse as decisões seria digitalizada e enviada juntamente com a ordem do dia, cumprindo a lei. Ficou ainda definido que assim seria sempre que a documentação tivesse menos de 15 páginas (pode ser confirmada na ata).*

Em 2 de Dezembro apresentei um requerimento para que a informação nos fosse enviada em simultâneo. Na reunião seguinte foram enviados mais pareceres embora pedisse que fossem enviados todos. O Sr. Presidente disse que ia tentar e nesta convocatória voltaram a não ser enviados os pareceres técnicos. Nas reuniões de 12 e 26 de Dezembro, 9 e 23 de janeiro e 6 de fevereiro, a situação mantém-se. É enviada a ordem de trabalhos com uma descrição das propostas de decisão e só em alguns processos, muito poucos, é enviada a documentação necessária para apreciação dos assuntos.

*A propósito das **gravações** registo que, em reunião de 25/10 eu falei das gravações e o Vereador Vitor Pereira “pediu ao Sr. Presidente que as reuniões da Câmara Municipal passem a ser gravadas, para dissipar dúvidas que possam vir a existir”. Em reunião de 31/10 voltei a questionar se “vai ou não ser feita a gravação das reuniões” tendo o Sr. Presidente informado que “para isso ser possível e ser feito de forma oficial é necessário alocar uma verba para se poder adquirir o equipamento.”. Na reunião de 28/11 reiterei a questão perguntando “para quando a gravação das reuniões?”. A 26 de dezembro, aquando da discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, sobre o assunto a chefe da Divisão financeira, na presença dos eleitos, após questionada sobre o assunto, especificou a rubrica em que tinha enquadramento orçamental a despesa referente ao equipamento a adquirir para efeitos de gravação. Na reunião de 9/1 voltei a questionar “Qual a razão de ainda não estar a ser feita a gravação das reuniões da Câmara, uma vez que o Presidente disse que não tinha verba em 2013 e ela já se encontra orçamentada em 2014?”. Na reunião de 23/1 entreguei um requerimento reiterando o pedido para se fazer as gravações, o qual ainda não obtive resposta.*

Pelo exposto e considerando que:

- a) a proposta de regimento não é votada artigo a artigo, mas sim de uma forma global;*
- b) o regimento regula a forma como este órgão se organiza e desenvolve a sua actividade,*

c) não integra aspectos que considero de especial relevância, isto é, a possibilidade de serem realizadas as gravações, meio que garante o registo fiel das intervenções;

d) propositadamente, apesar de ter chamado à atenção para este aspecto particular, não contem um ponto que concretize a previsão legal do n.º 2 do art.º 53.º, ou seja, onde se refiram os documentos concretos que devem acompanhar em simultâneo os vários pontos da ordem do dia. Este aspecto é particularmente importante dado que, até à data, esta omissão verifica-se, reiteradamente, ao longo destas 9 reuniões.

Voto contra a presente proposta com o registo de profunda mágoa institucional pelo desrespeito no cumprimento da lei e do exercício democrático das funções que desempenho."

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque não estou de acordo com o n.º 3 do artigo 21.º, porque do ponto de vista do rigor a gravação áudio, sendo propriedade exclusiva da autarquia, pode ser sempre utilizada para consulta de qualquer dúvida e para memória futura."

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente esta proposta de regimento que em todos os seus artigos consubstancia as propostas aqui apresentadas por todos.

Por outro lado o Regimento não tem que ter taxativamente aquilo que a legislação já define e que é cumprido atualmente."

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente o Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande por considerar que na sua globalidade é uma boa proposta em termos de funcionamento deste órgão, no entanto nenhum documento deste tipo é obra acabada, pelo que em termos futuros estaremos sempre em condições de o alterar. O tempo nos dirá e nos dará os ensinamentos necessários para proceder às alterações, mas com toda a certeza irão surgir aspetos que podemos eventualmente melhorar."

Esta declaração foi subscrita pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.

O Sr. Presidente subscreveu a declaração do Sr. Vereador Paulo Vicente.

26 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2013, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

108 - Nos termos do ponto 2.3.4.4. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nos termos do disposto no ponto 2.6.1. do mesmo diploma, a utilização do saldo da gerência deve ser efetuada depois de aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior.

Considerando que atento o preceituado na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor integram os fundos disponíveis.

Considerando que a FAQ n.º 5 da DGAL, no seu Manual de Apoio à aplicação da LCPA no Subsetor da Administração Local, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é referido que “ (...) o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas. (...) ”.

Considerando parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses no qual é referido que “ (...) tendo em conta que na Administração Local a utilização do saldo de gerência é específica e distinta da Central, constituindo esta uma receita disponível a muito curto prazo, o que remete para o conceito de fundos disponíveis, poderá o mesmo ser considerado para efeitos do cálculo dos fundos disponíveis (...) ”.

Considerando que o mapa em ANEXO I consagra os “Fluxos de Caixa” do ano de 2013, que apresenta um saldo para a gerência seguinte de 3.263.822,32 euros, dos quais 2.635.080,39 euros ao nível das Operações Orçamentais e de 628.741,93 euros ao nível das Operações de Tesouraria.

Considerando que importa proceder à utilização do saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior, ano de 2013, no montante de 2.635.080,39 euros, no cálculo dos fundos disponíveis, atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Atentos os motivos expostos e a documentação em anexo a Câmara Municipal delibera aprovar o mapa dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2013, atento o preceituado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

artigo 25º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos Documentos de Prestação de Contas de 2013, por fazerem parte integrante do mesmo.

A presente deliberação produz os seus efeitos à data de 8 de janeiro de 2014, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 128 do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente declarou o seguinte:

“Apraz-me registar com agrado que apesar do ano de 2013 ser um ano eleitoral, contrariamente ao que se passou na maioria das câmaras, a Câmara Municipal da Marinha Grande não foi particularmente gastadora e caem por terra as chamadas obras eleitorais”.

27 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO

109 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente aos contratos identificados consubstancia a assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 454.848,17 euros, por antecipação da receita proveniente do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e do IUC – Imposto Único de Circulação a arrecadar no decorrer do ano de 2014, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

A presente deliberação produz os seus efeitos à data de 8 de janeiro de 2014, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 128 do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 20 DE FEVEREIRO DE 2014

110 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados

pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

No ano 2013, na sequência do previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2013, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro foi publicada a 17 de janeiro a Portaria n.º 16/2013, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

Verifica-se, no entanto, que em 2014, e até presente data, não foi publicada qualquer portaria que regule os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública tal como previsto e preceituado no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13058 da DAM – Divisão de Administração e Modernização, na qual se manifesta a necessidade da contratualização de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Considerando que a entidade a convidar possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa para contratação da *“Prestação de Serviços de gestão Centralizada das Cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, para o período de 12 meses, com início a 20 de fevereiro, na classificação orgânica/económica 03/020224, ação do PAM 2014/A/30, e que foi emitida a proposta de cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 43.703,18 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º 9 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2013 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2012 e 2013, com o mesmo objeto, já terem sido objeto de redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços de gestão Centralizada das Cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 20 de fevereiro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA N.º 0035/00024189330 DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

111 - Considerando que o Município da Marinha Grande possui aberta a conta bancária com o n.º 24189330 da Caixa Geral de Depósitos.

Considerando que a referida conta não possui movimentos desde o final de 2013 e os motivos inerentes à abertura da mesma, em devido tempo, não se justificam na presente data.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro “(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem ele delegue (...)*”; subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, na sua redação atual autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/00024189330 da Caixa Geral de Depósitos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - “REQUALIFICAÇÃO URBANA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2014 – ABERTURA DE CONCURSO

112 - Presente o projeto de Execução relativo à **Requalificação Urbana das Instalações da Antiga Fábrica J. Ferreira Custódio** composto por:

- Mapa de quantidades de trabalho
- Orçamento
- Memória descritiva e justificativa
- Caderno de Encargos – Condições Técnicas Especiais
- Projeto de Execução
- Plano de gestão de Resíduos
- Plano de Segurança e Saúde

Presente informação da DOT ref.ª CS/07/2014 de 03 fev 2014, propondo a abertura de um concurso público para a “Requalificação Urbana das Instalações da Antiga Fábrica J. Ferreira Custódio”, nos termos conjugados da alínea b) do número 1 do artigo 16º, e da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Com esta proposta de Requalificação Urbana das Instalações da Antiga Fábrica J. Ferreira Custódio pretende-se a recuperação/reconversão do espaço da antiga fábrica de vidros, actualmente um espaço de utilização pública que inclui uma generosa bolsa de estacionamento.

A presente intervenção aparece com os seguintes objetivos:

1. A qualificação do ambiente urbano através da reconversão de um espaço industrial desqualificado em espaço público;
2. Reabilitação urbana de um aglomerado historicamente denso, através da transformação de espaço privado em espaço público;
3. Reformular o quarteirão onde se encontra a antiga Fábrica J. Ferreira Custódio, promovendo a mobilidade territorial e consequentemente a acessibilidade do espaço;
4. Dotar a zona de estacionamento que permita reforçar a carência sentida nesta parte da cidade, apoiando e promovendo de forma indireta o desenvolvimento económico;
5. Reorganizar e beneficiar a estrutura viária existente nas imediações da J. Ferreira Custódio, a nível de infraestruturas e de desenho urbano, promovendo espaços acessíveis, criando uma cidade assente num desenvolvimento sustentável, uma cidade vivida e apropriada para todos.

Sendo que as principais ações a desenvolver no projeto são as seguintes:

- Mobilidade, arranjos exteriores e áreas verdes;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

- Trabalhos de pavimentação para criação de zona de estacionamento e arruamentos envolventes;
- Criação, consolidação e alargamento dos passeios;
- Reestruturação da plataforma viária;
- Criação do parque de estacionamento;
- Execução da rede de drenagem pluvial longitudinal e transversal;
- Reformulação da rede de abastecimento de água;
- Reformulação da rede de saneamento doméstico;
- Correção da rasante;
- Reformulação dos cruzamentos, criando segurança e aumento da acessibilidade da zona;
- Melhoria da sinalização e do equipamento de segurança;
- Trabalhos diversos inerentes a este tipo de obra.

A Câmara Municipal, depois de apreciar os elementos referidos, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:

1. Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
2. Escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
3. Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
4. Aprovar as peças do procedimento que passam a integrar o processo administrativo;
5. Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição:
Eng.ª Cláudia Mota (presidente);
Eng.ª Cristina Silva (vogal que substitui o presidente);
Arq.ª Miguel Figueiredo (Secretário); e como suplentes o Eng.ª Rui Vicente e a Arq.ª Isabel Alves.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3)" – CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2014 – ABERTURA DE CONCURSO

113 - Presente o projeto de Execução relativo à Requalificação da Rua da Panificadora (Fase 1 e Fase 3) composto por:

- Mapa de quantidades de trabalho

- Orçamento
- Memória descritiva e justificativa
- Caderno de Encargos – Condições Técnicas Especiais
- Projeto de Execução
- Plano de gestão de Resíduos
- Plano de Segurança e Saúde

Presente informação da DOT ref.ª CS/08/2014 de 03 fev 2014, propondo a abertura de um concurso público para a “Requalificação da Rua da Panificadora (Fase 1 e Fase 3)”, nos termos conjugados da alínea b) do número 1 do artigo 16º, e da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Com esta proposta de Requalificação da Rua da Panificadora (Fase 1 e Fase 3) pretende-se melhorar as condições de acessibilidade e de segurança dos peões e dos utentes da via, incrementando-se assim uma considerável melhoria de qualidade de vida para a população local. Deste modo, foram criados percursos pedonais, estacionamento e implantadas algumas árvores.

Pretende-se com esta intervenção proceder à requalificação dos seguintes arruamentos:

- Rua da Panificadora (entre a Rua Álvaro Duarte e a Rua A), dotando o arruamento de espaços próprios e generosos, que confirmam segurança aos seus utilizadores promovendo a acessibilidade e mobilidade da cidade para todos;
- Rua das Raízes, consolidando os diferentes espaços e as diferentes funções;
- Rua A, requalificação de um troço da via, na zona urbanizada e cujo acesso viário é realizado através da rua da Panificadora.

Sendo que as principais ações a desenvolver no projeto são as seguintes:

- Mobilidade, arranjos exteriores e áreas verdes;
- Trabalhos de pavimentação para criação de zona de estacionamento e arruamentos;
- Criação, consolidação e alargamento dos passeios;
- Reestruturação da plataforma viária;
- Execução da rede de drenagem pluvial longitudinal e transversal;
- Reformulação da rede de abastecimento de água;
- Reformulação da rede de saneamento doméstico;
- Correção da rasante;
- Reformulação dos cruzamentos, criando segurança e aumento da acessibilidade da zona;
- Melhoria da sinalização e do equipamento de segurança;
- Trabalhos diversos inerentes a este tipo de obra.

A Câmara Municipal, depois de apreciar os elementos referidos, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime

Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:

1. Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
2. Escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
3. Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
4. Aprovar as peças do procedimento que passam a integrar o processo administrativo;
5. Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição:
Eng.ª Cristina Silva (presidente);
Eng.ª Cláudia Mota (vogal que substitui o presidente);
Arq.º Miguel Figueiredo (Secretário); e como suplentes o Eng.º Rui Vicente e a Arq.ª Mauro Oliveira.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - EMPREITADA DE: “CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – CP N.º 12/2013” - ADJUDICAÇÃO

114 - Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada “Construção de reservatório apoiado da zona de abastecimento da Estação”, constituído por relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada ao concorrente “A Encosta- Construções, S. A.”, pelo valor de 259.993,33€ (duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 150 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar à proposta apresentada pelo concorrente “A Encosta- Construções, S. A.”, pelo valor de 259.993,33€ (duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 150 dias, a empreitada de “Construção de reservatório apoiado da zona de abastecimento da Estação”, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera designar como director de fiscalização o Eng.º Ângelo Rosário, que será coadjuvado pela Eng.ª Edite Moniz nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO REFERENTE A RENDAS EM ATRASO DA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 85, CAMARNAL – MARIA ADELINA ALVES VEIGA

115 - Presente informação n.º 107 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 20 de janeiro do corrente ano, a dar conta da proposta apresentada recentemente e presencialmente por Carlos Costa, na qualidade de ex companheiro da titular do contrato de arrendamento, no sentido de efetuar o pagamento do valor em dívida, em 24 prestações mensais, sempre acrescidas do montante correspondente à renda atual.

Considerando que, o inquilino em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção do mesmo em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 391,13€ (trezentos e noventa e um euros e treze cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para o pagamento da dívida, em 24 prestações mensais, no valor mensal de 16,30€ (dezasseis euros e trinta cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “*em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida*”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 391,13€ (trezentos e noventa e um euros e treze cêntimos), em 24 prestações mensais, no valor unitário de 16,30€ (dezasseis euros e trinta cêntimos), acrescido do valor da renda corrente, com efeitos a partir de março/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM MAFALDA SOFIA GOMES GRÁCIO GONÇALVES, ARRENDATÁRIA RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 4.º FRENTE ESQUERDO, CASAL DE MALTA.

116 - Presente informação n.º 119 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 21 de janeiro do corrente ano, a dar conta da proposta apresentada recentemente e presencialmente pela arrendatária mencionada em epígrafe, no sentido de efetuar o pagamento do valor em dívida, em 18 prestações mensais, sempre acrescidas do montante correspondente à renda atual.

Considerando que, a arrendatária em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção da mesma em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 337,04€ (trezentos e trinta e sete euros e quatro centimos);

Considerando a proposta apresentada para o pagamento da dívida, em 18 prestações mensais, no valor mensal de 18,72€ (dezoito euros e setenta e dois centimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “*em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida*”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 337,04€ (trezentos e trinta e sete euros e quatro centimos), em 18 prestações mensais, no valor unitário de 18,72€ (dezoito euros e setenta e dois centimos), acrescido do valor da renda corrente, com efeitos a partir de março/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE MARÇO DE 2014

117 - Presente informação nº 166 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 28/01/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social da Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
2	Olga Conceição J. Oliveira	3º Dto.	30/12/2009	4,85€	4,85€
7	Paula Cristina R. S. Correia	1º Esq.	01/10/2005	4,85€	4,85€
7	Emília Mª Corado Figueiredo	3º Esq.	01/12/2001	16,96€	16,96€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
3	Mª João Correia Sousa	2º B	28/02/2005	4,85€	4,85€
5	José Augusto C. Ornelas	3º D	28/01/2005	46,33€	46,33€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no dia 01 de março de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - 2ª ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS

118 - Na sequência da deliberação de Câmara de 06 de setembro de 2013 foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de

Escolas da Marinha Grande Poente, para fornecimento de refeições aos alunos do Polo de 1º Ciclo a funcionar na escola básica 2/3 Guilherme Stephens.

Posteriormente à assinatura do protocolo, o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente informou a Câmara Municipal que o valor estabelecido no procedimento de aquisição de refeições realizado pela DGEstE para o ano letivo de 2013/2014, era de 1,39 € acrescido de IVA à taxa legal, pelo que houve necessidade de se proceder a uma alteração através de uma Adenda, aprovada em reunião de Câmara de 28 de novembro de 2013 e assinada em 02 de dezembro de 2013.

Considerando a informação nº 1/117 de 21 de janeiro de 2014 que se dá por integralmente reproduzida, que refere a necessidade de se proceder a uma 2ª alteração ao protocolo tanto no que respeita ao número de refeições protocoladas como ao respetivo valor unitário.

Considerando que o número de refeições protocoladas para o ano letivo de 2013/2014 é manifestamente insuficiente.

Considerando ainda que em 10 de janeiro de 2014, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente comunicou à Câmara Municipal que o valor estabelecido no procedimento de aquisição de refeições realizado pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares) de janeiro a junho 2014 será 1,40 € acrescido de IVA à taxa legal, traduzindo-se num acréscimo de 0,01€ por refeição.

Constata-se assim a necessidade de contemplar também a alteração aos valores das refeições para os meses de janeiro a junho de 2014.

A Câmara Municipal analisou a referida informação e delibera, ao abrigo do artigo 147.º do CPA, proceder à alteração do nº 1 da cláusula 3ª da adenda ao protocolo aprovada pela deliberação n.º 1096 de 28 de novembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 3ª

1) O 2.º outorgante deve fornecer um total estimado de 20.422 refeições escolares, para o ano letivo de 2013/2014:

i) De setembro a dezembro de 2013 num total de 7.922 refeições, distribuídos da seguinte forma:

- a. 7.216 refeições a um custo unitário de 1,71€.***
- b. 143 refeições a um custo unitário de 0,98€.***
- c. 563 refeições a um custo unitário de 0,25€.***

ii) De janeiro a junho de 2014 num total de 12.500 refeições, distribuídos da seguinte forma:

- a. 11.400 refeições a um custo unitário de 1,72€.***

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

b. 300 refeições a um custo unitário de 0,99€.

c. 800 refeições a um custo unitário de 0,26€.

2) ...

3) ...

4) ...".

Mais delibera reportar os efeitos da presente deliberação ao dia 2 de janeiro de 2014, de acordo com o artigo 128.º, n.º 2, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS, REFERENTE AO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA - 1º PERÍODO DO ANO LETIVO 2013/2014.

119 - Presente informação nº 2375/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 03/12/2013 referente à atribuição de apoio aos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho, para material didático e outros bens, conforme atribuições que decorrem da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento em cada agrupamento para o ano letivo 2013/2014;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar actividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis para as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 1º período do ano letivo 2013/2014.

Valores dos subsídios

Estabelecimentos	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente	Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria	Ação do Plano de Actividades Municipais em 2013
	Contribuinte nº 600 075 761	Contribuinte nº 600 076 768	Contribuinte nº 600 076 270	

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

Educação Pré-Escolar

VALOR 2013	2.400,00 €	4.050,00€	1.200,00€	Total 7.650,00€ Ação 28/A/2013
-------------------	------------	-----------	-----------	--

1.º Ciclo do Ensino Básico

VALOR 2013	5.430,00€	4.470,00€	1.890,00€	Total 11.790,00€ Ação 29/A/2013
-------------------	-----------	-----------	-----------	---

VALOR 2013	7.830,00 €	8.520,00€	3.090,00€	19.440,00€
-------------------	------------	-----------	-----------	-------------------

1. Subsídio no valor de 7.830,00€ (Sete mil oitocentos e trinta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Drª. Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430-053 Marinha Grande, nº fiscal 600 075 761;
2. Subsídio no valor de 8.520,00€ (Oito mil quinhentos e vinte euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231 Marinha Grande, nº fiscal 600 076 768;
3. Subsídio no valor de 3.090,00€ (Três mil e noventa euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600 076 270;

A verba encontra cabimentação favorável nas ações 2013/A/28 e 2013/a/29 do Plano de Atividades Municipais, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que as entidades contempladas com os subsídios supra-mencionados deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2014.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou que em futuros apoios, os valores sejam discriminados por sala/alunos para material didático, material de recreio e consumíveis.

38 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR CARLOS LOGRADO - REGULAMENTO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

120 – 1 - Introdução / Contextualização

Em tempo de modernização administrativa, a relação entre os Serviços Municipais e os munícipes deve orientar-se pelo respeito, dos princípios da transparência, da confiança e da colaboração entre as partes.

Um Regime Democrático deve promover uma aproximação e um incentivo à participação dos cidadãos na vida pública, incluindo o direito de reclamar, quando entenderem que os serviços não lhe estão a prestar um serviço de qualidade.

2 - Justificação

Milhares de cidadãos usufruem diariamente dos serviços prestados pelo Município nas suas diferentes freguesias, com características e necessidades específicas.

Para além do Livro de Reclamações e dos meios legais externos ao Município, não existe, atualmente nenhuma entidade única a quem os munícipes possam recorrer para apresentar queixas ou reclamações sobre o funcionamento desses Serviços, à exceção dos próprios Serviços, situação que põe em causa a imparcialidade com que essas reclamações são atendidas, encaminhadas e analisadas.

A inexistência de um órgão de recurso independente e autónomo é susceptível de favorecer comportamentos arbitrários, parciais ou de indiferença por parte dos Serviços Municipais.

A criação de um órgão que garanta uma apreciação imparcial dessas reclamações, tendo em vista a resolução dos problemas que as originam e a apresentação de propostas de melhoria que evitem recorrência de reclamações futuras, significa uma boa prática de gestão autárquica. Esse órgão será o Provedor do Município.

Este cargo, sem remuneração, deverá ser ocupado por um cidadão residente no concelho há mais de dez anos, na posse e titularidade de todos os direitos civis e políticos e com comprovada reputação de integridade, isenção e independência.
Será eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, necessitando dos votos favoráveis de dois terços dos membros efetivos.

Criado à semelhança da instituição do Provedor de Justiça, será um intermediário nas relações entre os cidadãos e o Município, competindo-lhe receber queixas, reclamações e sugestões e dar informações úteis sobre direitos e deveres dos munícipes.

Procurará, pela via do diálogo ou mediante recomendações dirigidas ao Executivo Camarário e Assembleia Municipal, facilitar, resolver ou eliminar as situações que são

objeto de reclamação, solucionar diferendos ou corrigir as situações lesivas dos interesses dos munícipes, sempre com isenção e bom senso.

A sua função passa também por libertar os serviços municipais de alguns casos que não faz sentido serem resolvidos pela autarquia, encaminhando os munícipes para as instituições adequadas à sua resolução.

Permitindo um acesso amplo e direto dos cidadãos aos organismos do poder local, o Provedor do Município será determinante na facilitação da participação política, conferindo-lhe um carácter de uma certa informalidade, promovendo, além disso, uma relação de maior proximidade da Autarquia com os seus Municípios, sobretudo os mais idosos e os mais carenciados.

3 - Enquadramento legal

O resultado da experiência positiva assumida a nível nacional pelo Provedor de Justiça e, a nível local, pelos Provedores do Município em muitas outras autarquias, são elementos reveladores da importância que estes órgãos de recurso independentes podem assumir no âmbito da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na melhoria e celeridade do funcionamento dos serviços públicos.

A constituição da figura do Provedor do Município, vem mencionada no ponto 2.1.2. do Plano de Comunicação da Agenda 21 Local.

4- Proposta a votação

A criação do Cargo de Provedor do Município no concelho da Marinha Grande, como instrumento de reforço da participação política, aprofundando a dimensão participativa dos cidadãos na vida democrática.

Regulamento do Provedor do Município anexo a esta proposta.

REGULAMENTO DO PROVIDOR DO MUNICÍPE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

Artigo 1.º (Provedor/a do Município)

1. É criado no Município da Marinha Grande a figura do/a Provedor/a do Município, cuja função visa a defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos munícipes face aos atos dos órgãos e serviços municipais.
2. O Provedor do Município exerce a sua atividade com independência e legitimidade que lhe é conferida pelo presente regulamento, pela Assembleia Municipal e pela lei.

Artigo 2.º
(Designação)

1. O/A Provedor/a do Município é eleito pela Assembleia Municipal, por maioria de dois terços dos seus membros efetivos, sob proposta da Câmara e toma posse perante o Presidente da Assembleia Municipal, sendo independente e exercendo com imparcialidade em relação a todos os órgãos autárquicos.
2. Caso essa maioria de dois terços não se verifique, será proposto um novo cidadão e feita nova votação.
3. O/A Provedor/a do Município será um cidadão residente no concelho há mais de dez anos, inscrito como eleitor na área do Município, na posse e titularidade de todos os direitos civis e políticos, com formação preferencial em direito ou em qualquer outra ciência jurídica, que goze de comprovada reputação de integridade e independência e que não tenha integrado qualquer lista de candidatura aos órgãos do Município no mandato em curso.

ARTIGO 3.º
Duração do Mandato

1. O mandato do/a Provedor/a do Município é coincidente com o mandato da Assembleia Municipal, podendo ser prorrogável.
2. Após o termo do período por que foi designado, o/a Provedor/a do Município mantém-se em exercício de funções até à posse do seu sucessor.
3. A designação do/a Provedor/a do Município deve efetuar-se nos sessenta dias posteriores ao início do mandato da Assembleia Municipal.
4. O/A Provedor/a do Município pode ser destituído pela Assembleia Municipal, por maioria de dois terços, sob proposta fundamentada.
5. As suas funções não podem cessar antes do termo do mandato, salvo nos seguintes casos: morte ou incapacidade física permanente; perda dos direitos civis e políticos ou incompatibilidade superveniente.
6. O/a Provedor/a pode suspender as suas funções por um período nunca superior a um ano devendo efectuar o pedido com a indicação do motivo que o justifica e a mesma ser aceite pelo órgão deliberativo do Município na mesma proporcionalidade de votos prevista para a sua aprovação.
7. O/a Provedor/a do Município pode renunciar às funções em carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal.

8. Verificando-se a vacatura do cargo, a designação do/a Provedor/a do Município deverá ter lugar na 1ª reunião da Assembleia Municipal subsequente.

Artigo 4.º
Incompatibilidades

O/A Provedor/a do Município não pode exercer, cumulativamente com o cargo, quaisquer funções em órgãos ou serviços municipais do Município da Marinha Grande ou ter qualquer uma das incompatibilidades previstas na lei para o exercício dos cargos públicos.

Artigo 5.º
Competências

Ao/À Provedor/a do Município compete:

- a) Receber queixas, reclamações, solicitações, sugestões e recomendações por ação ou omissão dos órgãos e serviços municipais, analisar e procurar resolver as reclamações que lhe forem apresentadas;
- b) Proceder a todas as averiguações que considere necessárias, podendo adotar, em matéria de recolha e produção de prova, todos os procedimentos razoáveis, desde que não colidam com a Constituição ou com a lei;
- c) Procurar, em colaboração com os órgãos e serviços competentes, as soluções mais adequadas à tutela dos interesses legítimos dos munícipes e ao aperfeiçoamento da ação administrativa;
- d) Dirigir recomendações e pareceres à Câmara Municipal, com cópia à Assembleia Municipal, em matérias da sua competência com vista à correção de atos ilegais praticados pelos Serviços do Município. Do mesmo modo que as recomendações possam ser para o munícipe se não lhe assistir razão no caso que apresentou.
- e) Requerer informações aos órgãos e serviços municipais;
- f) Dirigir os processos por si organizados, para o/a Provedor/a de Justiça e com este colaborar na sua resolução;
- g) Elaborar semestralmente um Relatório da sua atividade, incluindo as reclamações recebidas, as iniciativas tomadas, as diligências efetuadas e os resultados obtidos. Esse relatório será enviado para a Câmara e Assembleia Municipal para apreciação, podendo divulgá-lo após o conhecimento destas entidades.

Artigo 6.º
Limites de intervenção

O/A Provedor/a do Município não tem competência para anular, revogar ou modificar os atos dos poderes públicos e a sua intervenção não suspende o decurso de quaisquer prazos, designadamente, os de recurso hierárquico e contencioso.

Artigo 7.º
Dever de colaboração

1. Os órgãos e serviços municipais têm o dever de prestar ao/à Provedor/a do Município, atempadamente, toda a colaboração que lhes for solicitada para o bom desempenho das suas funções.
2. O/A Provedor/a do Município tem acesso a dados e documentos municipais, nos limites da lei, e pode deslocar-se aos locais de funcionamento dos serviços.
3. O/A Provedor/a do Município deverá dirigir os pedidos de informação diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, que responderá no prazo máximo de 15 dias, a contar da data da recepção dos mesmos.

Artigo 8.º
Poder de iniciativa

O/A Provedor/a do Município exerce as suas funções mediante queixa dos munícipes ou por iniciativa própria.

Artigo 9.º
Queixas e direito de resposta

1. As queixas podem ser apresentadas por escrito ou oralmente, mediante a devida identificação dos queixosos.
2. As queixas apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito e assinadas pelo queixoso sempre que saiba e possa fazê-lo.
3. O/A Provedor/a do Município deverá responder aos reclamantes no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção das reclamações, salvo matérias em que a natureza das diligências a realizar para análise do processo não permita o cumprimento deste prazo, devendo o período de resposta ser dilatado para o limite de 45 dias.

Artigo 10.º
Dever de sigilo

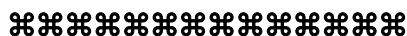
O/A Provedor/a do Município, bem como o pessoal do seu serviço de apoio é obrigado a guardar sigilo relativamente aos factos de que tome conhecimento no exercício das suas funções, se tal sigilo se impuser em virtude da natureza dos mesmos factos.

Artigo 11.º
Serviços de apoio

Para o desempenho das suas funções, incluindo deslocações, o/a Provedor/a do Município tem ao seu dispor serviços de apoio técnico, administrativo e logístico disponibilizados pela Câmara, que definirá as instalações adequadas para o seu funcionamento.

Artigo 12.º
Casos omissos

A resolução dos casos omissos deste regulamento, bem como as dúvidas acerca da sua interpretação, competem à Assembleia Municipal, sob proposta do/a Provedor/a do Município, aplicando-se, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo a as demais disposições legais aplicáveis.



Antes de a proposta ser colocada a votação, a **Sr.ª Vereadora Maria João**, na qualidade de proponente, esclareceu que a criação da figura do Provedor do Município tem como objetivo a aproximação da Câmara aos munícipes, uma vez que há a sensação de inacessibilidade e indiferença da Câmara aos problemas dos munícipes e aos sítios onde habitam. A comunicação é que irá fazer a diferença, e não é fácil que ela seja eficaz sem custos, e a figura do Provedor seria um apoio, uma plataforma para os cidadãos chegarem ao poder. As pessoas, especialmente as de idade, têm dificuldade em se exprimir e em saber a quem se dirigir, daí que esta figura faria a intermediação entre as pessoas e a autarquia. Por outro lado é também uma forma de participação dos cidadãos, pois potencia a uma participação democrática e alargada dos cidadãos e ao exercício da cidadania. É apresentado como uma figura e não um gabinete, para não criar problemas orgânicos em termos de estrutura e não trazer um custo para o Município.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que esta proposta parte de um pressuposto errado, porque diz que é um órgão não eleito para controlar e fiscalizar a ação dos que foram eleitos. Tinha essa dúvida, mas agora percebeu que é um órgão centralizador.

Os **Srs. Vereadores António Santos, Vítor Pereira e Aurélio Ferreira** também usaram da palavra, encontrando-se o sentido das suas intervenções consubstanciado nas declarações de voto que proferiram e que adiante se reproduzem.

A **Sr.ª Vereadora Maria João** referiu que há uma posição defensiva que não tem razão de existir, pois não propõem uma entidade externa como fiscal e acusadora, mas sim uma figura que intermedeia, que aproxima e é facilitadora das relações do Município para com os cidadãos. A legalidade é aquela que as pessoas lhe queiram dar, pois a necessidade da sua criação vai levar à sua confirmação na lei, como vai acontecer com o orçamento participativo. É uma figura facilitadora, daí que proponham que seja votada na Câmara.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

Será que os outros municípios que sentiram a necessidade de criação desta figura estarão todos a incorrer em ilegalidades? Deixa a questão, esclarecendo, antes de se passar à votação, que a proposta é a de uma figura de mediador e simplificador, e que os meios a utilizar são os do município.

Colocada a votação, esta proposta foi rejeitada, por maioria, com 5 votos contra, 1 abstenção e 1 voto a favor.

O Sr. Vereador António Santos absteve-se e proferiu a seguinte declaração de voto:

“REGULAMENTO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

A minha abstenção assenta, essencialmente, no seguinte, a saber:

O diploma devia ter sido discutido previamente, em reuniões intercalares, com todos os Vereadores presencialmente.

Um Diploma tão complexo como é o da nomeação de um Provedor do Município, não devia ter sido posto à votação sem que para isso houvesse diálogo.

Não estão quantificados os gastos para a Autarquia, com a nomeação do Provedor.

Nada é referido se o cargo do Provedor é ou não remunerado

Também não é definido de onde advém o apoio jurídico que tal nomeação implica para o desempenho cabal da missão.

O nosso programa defende a criação de um Conselho Consultivo que serve, tão só e apenas, para a promoção e participação na vida cívica e política, do nosso concelho. Deve ser constituído por pessoas interessadas no desenvolvimento, de vários quadrantes ideológicos, por associações empresariais, sindicais, desportivas e pelas principais estruturas representativas do concelho.

De qualquer modo, louvamos a iniciativa, mas parece-nos que os contributos que a nova figura iria contribuir para o desenvolvimento do concelho, não a devemos focalizar na figura do/a Provedor/a do Município, cuja função visa a defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos munícipes face aos atos dos órgãos e serviços municipais, mas sim, num quadro mais amplo, de pessoas e ideias que se designa por Conselho Consultivo

Marinha Grande, 06 de Fevereiro de 2014-02-06

O Vereador Municipal

António Santos”

Os Sr.s Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho votaram contra e proferiram a seguinte declaração de voto:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Face à proposta apresentada no sentido da criação da figura do Provedor dos Municípios, os eleitos da CDU sempre tiveram uma posição perfeitamente definida.

No ano em que comemoramos o 40º aniversário da Revolução do 25 de Abril, torna-se imperioso destacar uma das mais significativas conquistas desta revolução – O Poder Local Democrático que transformou por completo a face do país e a qualidade de vida das populações.

A participação popular desde então, foi de uma riqueza determinante para o desenvolvimento económico, cultural e social de Portugal.

É neste contexto que nasce também o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias e respetivas atribuições e competências, visando a verdadeira defesa e promoção dos direitos e legítimos interesses dos municípios.

A realização de eleições livres e democráticas, possibilitou que o povo escolhe-se os seus representantes, nos diversos órgãos locais – Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia.

As populações votam e escolhem naqueles que entendem melhor defender os seus interesses e os interesses da terra.

Além disto, os órgãos autárquicos não dependem hierarquicamente de ninguém, nem do Estado, respondendo unicamente perante os seus eleitores.

Assim, podemos afirmar que não é por falta de instrumentos legais que os municípios se encontram desprotegidos na defesa dos seus legítimos direitos.

Nesta ordem de ideias, é absolutamente demagógico e populista a criação de uma figura, ora denominada “Provedor do Município”, uma figura proposta ao arrepio de qualquer enquadramento legal, fora do quadro eleitoral e que visa, sem qualquer suporte jurídico nem democrático, recomendar, apoiar, recusar ou fiscalizar, os que foram democraticamente eleitos pelo povo..

Esta figura não eleita e consequentemente não sufragada diretamente pelas populações não pode legalmente assumir e usurpar funções exclusivas da competência da Assembleia Municipal.

É caso para perguntar se a proposta também se estenderá à criação da figura do “Provedor dos Fregueses” para o caso das freguesias.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

Esta proposta somente visa a perversão do normal funcionamento dos órgãos democrática e constitucionalmente consagrados, tentando fazer crer às populações que esta medida se destina a dar voz às pessoas. Não é. Muito pelo contrário. Esta proposta visa inconfessáveis interesses e visa essencialmente a criação de poderes paralelos e anti-democráticos.

Além do mais, os custos inerentes em gabinetes e funcionários de apoio, tornam a proposta incomportável em tempos de grandes dificuldades para os portugueses.

A solução passa por dar força ao nosso sistema democrático ouvindo as populações.

Os eleitos da CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande, desde que assumiram funções em termos da gestão do município, têm ouvido todas as pessoas que se nos têm dirigido. A nossa porta está sempre aberta para todos, ouvindo sugestões, reclamações e anseios.

A vida não se faz de eleições de 4 em 4 anos, nem se faz com um qualquer fiscalizador não eleito.

A vida faz-se ouvindo as populações. A vida faz-se tomando decisões. A vida faz-se trabalhando. A vida não se faz papagueando.

Anexamos igualmente o Parecer Jurídico de 2011 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que suscita sérias dúvidas sobre a constitucionalidade da criação da figura do Provedor do Município.

Por todas estas razões o nosso voto contra.

*Os eleitos da CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande
Vitor Pereira
Alexandra Dengucho*

Marinha Grande, 06 de Fevereiro de 2014”

Anexo 1 - Parecer Jurídico de 2011 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Provedor do Município

Concordo na generalidade com o conceito da criação dum facilitador que faça a interface entre a autarquia e os municípios. No entanto, gostaria de referir que saúdo a metodologia de trabalho, isto é, o facto de ter sido remetida uma proposta de trabalho inicial que

recolheu os contributos dos restantes membros, espelhando deste modo um resultado colectivo dos eleitos. Este deve ser o procedimento e não como tem sido usual.

O conceito de Provedor do Município deve ser uma figura que procura esclarecer os munícipes, ajudando-os nas suas questões, dando-lhes apoio na resolução dos seus problemas. No entanto, o meu entendimento é que seja muito mais do que isso, não se limite a ouvir queixas e reclamações, mas também sugestões e recomendações, procurando ser um facilitador nas relações da Camara com os munícipes, por um lado esclarecendo-os e por outro ajudando a Camara a transmitir os seus princípios, as suas intenções e as acções decorrentes das decisões tomadas pelo executivo.

Aliás uma das enormes manifestações de insatisfação para com a Camara é a falta de informação, devida à reduzida comunicação entre Camara e munícipes. O provedor pode suprir esta lacuna, e bem assim posicionar-se como arbitro apoiando os munícipes e ajudando a Camara.

Tem de ficar assegurado que o provedor não é apenas uma figura decorativa ou obstrutiva, mas que seja alguém com capacidade e autoridade para ajudar o nosso Município. Por isso, deverá preferencialmente ter formação em direito ou em qualquer outra ciência jurídica.

Pode não ter remuneração, mas deverá ter alguma compensação pelo tempo e pelas despesas e/ou custos que suporte. Pelo que nos foi proposto, vai ter muito que trabalhar durante muito tempo. De quem é a responsabilidade das verbas necessárias ao desempenho destas funções ? Como exemplo se o provedor tiver de se deslocar, quem paga o combustível ? Será a Camara Municipal ou a Assembleia Municipal ? E estas verbas estão quantificadas e inscritas nos orçamentos ?

Acredito sinceramente que nenhum de nós tem o dom de saber tudo, e muito menos ter sempre razão. Por isso é fundamental que o provedor tenha o saber de entender e ajudar ambas as partes, pois se a Camara pode ser imprudente em alguns assuntos, também é verdade que nem sempre a razão está do outro lado.

Devo ainda referir que, do ponto de vista da administração, deverá, na minha perspectiva, a proposta ser apreciada pelo gabinete jurídico no sentido de estar validado o enquadramento legal da mesma. Trata-se de um regulamento com eficácia externa, que obedece não apenas a aprovação da Câmara Municipal, como da Assembleia, até à publicação da proposta tem que ter um período de discussão pública e só depois será definitivamente aprovado. Entendo que tem que ser validade juridicamente e não apenas aqui por nós, à semelhança das restantes propostas do executivo em funções.

Como aqui foi repetidamente dito o cargo de Provedor do Município é inconstitucional. Se assim for, entendo que nos foi proposta a análise e votação algo que não é legal, então como podemos deliberar favoravelmente algo de que não há certeza da legalidade ?

No entanto, gostaria de entender porque há municípios em que há a figura de Provedor do Município.

Para consolidar a minha opinião, gostaria de referir que a figura do Provedor do Município só tem sentido existir nas Camaras que não funcionarem. Eu, como vereador (e todos nós), devo cumprir as tarefas referidas na proposta de regulamento do Provedor. É essa uma das minhas missões, ser facilitador entre os munícipes e a Camara Municipal, ajudando e apoiando os munícipes na resolução dos seus problemas, e por outro auxiliando a Camara a transmitir as decisões tomadas pelo executivo.

Aliás o Município da Marinha Grande já tem um serviço que é o Gabinete de Atendimento do Município (GAM), que está previsto no Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado pelo Despacho n.º 164/2013, onde refere requisitos que se pretende que o Provedor faça.

No Art. 17.º, e apenas como exemplo, está definido:

a) Coordenar a atividade de atendimento ao público, dentro dos princípios da otimização e da eficiência, garantindo que os munícipes sejam bem atendidos e corretamente informados acerca das questões colocadas;

c) Centralizar a receção, esclarecer, apoiar e dar andamento a todas as reclamações, críticas e sugestões apresentadas pelos cidadãos, quer seja presencialmente, por telefone ou por correio postal ou eletrónico, sobre assuntos de interesse para o município;

e) Prestar apoio aos cidadãos na organização e instrução das pretensões, relativas às matérias da competência do município;

Deste modo, só existe a necessidade de criar o Provedor do Município se as estruturas não funcionarem. Por outro lado se a criação desta figura é inconstitucional, não poderei votar favoravelmente.

Por estas razões votarei contra.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pelo Sr. Presidente:

*“Regulamento do Provedor do Município do Concelho da Marinha Grande
Declaração de Voto*

Votei contra a proposta de Regulamento do Provedor do Município do Concelho da Marinha Grande, porque:

A proposta apresentada não contribui para a resolução atempada dos pedidos dos munícipes, pelo contrário introduz mais um ator na cadeia de decisão existente na Câmara.

A proposta apresentada implica um acréscimo de custos, que não foi quantificada pelo proponente e que não tem cobertura orçamental. É o caso do pessoal a destacar para o efeito (contrato? Como?) e de material de expediente, instalações e equipamentos.

A proposta não favorece os direitos dos munícipes, que estão devidamente salvaguardados por diversas vias, entre as quais, a participação ao Provedor de Justiça, que pode ser efetuada em formato eletrónico.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 03

A proposta é de duvidosa legalidade, por ter potencialmente o propósito de esvaziar as competências do Provedor de Justiça, em violação do artigo 23.º, da Constituição da República.

Marinha Grande, 6 de Fevereiro de 2014

*Álvaro Pereira - Presidente
Paulo Vicente – Vereador”*

39 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo diário da Tesouraria Municipal, referente ao dia cinco de fevereiro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.555.297,67 €** (três milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e sete euros e sessenta e sete cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

121 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:55 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião